

NOMEAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Da Academia para o

As nomeações efetuadas pelo governo e tornadas públicas na Internet revelam uma tendência que não é exclusiva da atual coligação: a escolha de jovens ligados a juventudes partidárias e a associações académicas para integrar os quadros do governo. Será a passagem pelo movimento associativo determinante para chegar ao poder? *Por Inês Balreira e Camilo Soldado*

A 29 de julho de 2011, o governo de Passos Coelho, cumprindo uma promessa eleitoral, publicava no seu portal online a lista completa das nomeações para cargos a desempenhar nos seus ministérios. Nos dados publicados, o governo disponibilizava o cargo a desempenhar e o salário que a auferir.

Discriminado por ministério e secretarias de estado, das quase oito centenas de nomeações que tiveram lugar até agora, pode verificar-se que perto de 40 são de jovens com menos de 30 anos. Dos 40 jovens nomeados como assessores e especialistas, três deles são mais conhecidos do movimento associativo nacional. André Pardal, Tiago Sá Carneiro e Ricardo Morgado têm em comum a passagem pela presidência de uma associação ou federação académica.

Para o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais Elísio Estanque, “estes exemplos comprovam as oportunidades efetivas de benefício pessoal que o protagonizar a liderança de uma direção geral traz na prática”, independentemente das intenções.

Eleito em maio de 2007 primeiro presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL), cargo que viria a abandonar em dezembro do mesmo ano, André

Pardal foi nomeado, em julho de 2011, especialista no gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto. Agora com 29 anos, André Pardal afirma que, apesar de a experiência como dirigente associativo lhe ter “servido e enriquecido como homem, pessoa e a nível político”, o ex-presidente da AAUL garante que nunca esteve no movimento associativo estudantil com a perspetiva de benefício pessoal.

André Pardal, Tiago Sá Carneiro e Ricardo Morgado têm em comum a passagem pelo associativismo

Apesar de ter sido nomeado para um governo de coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e Partido Popular, André Pardal garante que, na altura em que era presidente da AAUL, “era simpatizante do PSD”, mas só depois de deixar o associativismo se tornou militante da Juventude Social Democrata (JSD) e do PSD. Contudo, o especialista considera que nem o facto

ter sido dirigente associativo, nem o facto de estar ligado ao PSD, “foram determinantes para ter sido nomeado”.

A investigadora no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Maria Luísa Veloso, encara este fenómeno com normalidade: “se olharmos para a história dos nossos políticos, há, de facto, alguma associação entre os perfis de liderança enquanto jovens e os perfis de liderança enquanto líderes políticos”.

Para o ministério da Educação e Ciência também foram nomeados Tiago Sá Carneiro e Ricardo Morgado, ex-presidentes da Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) e da direção da Federação Académica do Porto (FAP), respetivamente.

Tiago Sá Carneiro foi eleito presidente da AAUTAD em janeiro de 2008, tendo deixado o cargo em junho de 2009. Nomeado assessor no gabinete do ministro da Educação e Ciência em novembro de 2011, considera que a experiência como dirigente associativo “teve e vai ter um impacto em qualquer profissão que possa vir a exercer na vida profissional”.

Com 27 anos, o antigo estudante de engenharia civil considera que não foi só a experiência que adquiriu nos três anos passados pelo as-

sociativismo académico que fez com que fosse nomeado. “Fiz também parte da elaboração do programa do PSD e era um dos únicos jovens com menos de 30 anos que estava ligado ao associativismo jovem no gabinete de estudos desse partido na área da educação”, afirma Sá Carneiro. No entanto, o antigo dirigente garante que “a JSD tem quadros muito bons e esses são os principais pontos por que as pessoas são escolhidas, pela sua competência e qualidade para

“A JSD tem quadros muito bons e é por isso que as pessoas são escolhidas”, diz Tiago Sá Carneiro

ocuparem os cargos”.

Apesar de não duvidar das competências e conhecimentos técnicos nas áreas em que exercem a atividade enquanto assessores e consultores, Elísio Estanque levanta a questão: “alguma vez os respetivos partidos lhes dariam a oportunidade se não tivessem passado por esta experiência de liderança das associações académicas?”. Maria Luísa Veloso não vê qualquer sinal de promiscuidade ao considerar que depende daquilo que os assessores irão fazer nos órgãos ministeriais

e que estes são nomeados “em função do mérito pessoal”. Mas para o sociólogo do CES a questão está relacionada com o fenómeno do caciquismo. “Se o jovem quadro conseguiu ser eleito e conseguiu dominar um certo conjunto de votos e de vontades junto da juventude, a interpretação que o líder do partido faz é que aquele indivíduo tem um potencial eleitoral”, examina.

Tiago Sá Carneiro discorda. “É o meu primeiro emprego, mas não são as juventudes partidárias que formam as pessoas, eu tenho provas dadas”, afirma. Também André Pardal garante que nunca deixou “que os partidos e juventudes partidárias se intrometessem no dia-a-dia” enquanto ocupava o cargo de presidente da AAUL e encara esta nomeação como “uma oportunidade de dar o meu contributo para o país neste momento tão difícil”.

“Período de nojo”

Com 24 anos, Ricardo Morgado é dos mais jovens a ser nomeado. Eleito presidente da FAP em 2010, cessou funções em janeiro de 2011 para poucos meses depois, em julho do mesmo ano, ser apontado como assessor



poder

no gabinete do secretário de estado do ensino superior.

Elísio Estanque acredita que um tão diminuto hiato temporal entre a liderança de um movimento estudantil e a nomeação para o governo é um sinal de promiscuidade. “Devia haver pelo menos um período de luto, um período de nojo”, aclara. No entanto o sociólogo não generaliza e não encontra “uma relação direta de causa - efeito”. “Depende da estatura moral e do carácter de cada um”, mas Estanque realça que, se quem está no associativismo académico tem um vínculo direto e formal a uma estrutura partidária, “faz muito mais sentido pensar nas consequências e no risco dessa promiscuidade”.

O investigador do CES considera que quando a distância temporal entre contestação e poder é tão curta “permite que o observador mais atento possa estabelecer uma correlação entre o trabalho enquanto dirigente associativo e a sua nomeação para o poder”. Se enquanto presidente de uma associação académica “o estudante optou por um alinhamento absolutamente incondicional com as estruturas partidárias e a recompensa é chegar a um alto cargo”, trata-se de “um exemplo de uma perversão completa da democracia”, alerta o sociólogo.

Depois de se formar, André Pardal estagiou e trabalhou como advogado durante quatro anos, tempo que o antigo

dente da AAUL considera “ser suficiente para haver um distanciamento entre o que é o associativismo e o que é o governo”.

Até ao fecho da edição, o Jornal Universitário de Coimbra – A CABRA tentou, sem sucesso, contactar o ex-presidente da FAP, Ricardo Morgado.

Condição salarial

Os antigos dirigentes associativos que foram recentemente nomeados para cargos nos ministérios e secretarias de estado vão receber entre os 2300 e os 3000 euros mensais. No entanto, Tiago Sá Carneiro garante que o seu ordenado “não chega nem de perto nem de longe” aos 2000. “O valor que está no sítio do governo é um valor bruto”, explica.

Maria Luísa Veloso sustenta que, “se pensarmos em termos do custo de vida em Portugal e na União Europeia, não é um salário assim tão elevado”. Também André Pardal considera que o montante que auferir é “completamente justificável para o nível de responsabilidades e de complexidade” do trabalho que desempenha.

Pelo contrário, Elísio Estanque considera que, tendo em conta a atual situação socioeconómica do país, estes salários são dificilmente compreensíveis e exemplifica: “qualquer recém-licenciado que seja forçado a aceitar um trabalho num call center ou numa caixa de supermercado porque não teve padrinhos e amigos, nas estruturas dirigentes dos partidos, que os convidassem, com certeza que vai sentir-se indignado com estas situações”.

A QUESTÃO COIMBRÃ

A academia de Coimbra não está imune a esta relação com o poder. Ao analisar os nomes que presidiram a direção geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC) desde a crise de 69, encontram-se cerca de 15 ligados ao poder central e local. Começando em Alberto Martins (que desempenhou várias funções na política, de deputado a ministro) pode verificar-se que os líderes da AAC vieram a exercer os mais variados cargos políticos: de assessores a deputados, passando por secretários de estado e ministros.

Segundo Elísio Estanque, é desde os anos sessenta que, devido “sobretudo ao prestígio e à aura de irreverência, de debate cultural, de formação cívica e política”, a AAC dá “ainda mais visibilidade”.

Emídio Guerreiro, presidente da DG/AAC entre 1990 e 1991, ocupa desde 2005 um assento na Assembleia da República (AR), na bancada parlamentar do PSD. O agora deputado social-democrata revela que estar à frente da Académica abriu-lhe portas “a todos os níveis” e dá como exemplo a experiência de ter 53 funcionários da AAC com três semanas de salários em atraso quando foi empossado. “Não é propriamente uma situação a que um estudante esteja habituado”, relembra. Mas tal experiência não terá sido determinante para chegar à cadeira parlamentar. “Se tivesse sido eleito dois ou três anos depois poderia haver uma relação mais direta do que aquela que há”, explica. O deputado laranja garante que, apesar de à época já ser militante da JSD, este facto não teve qualquer influência no seu desempenho enquanto presidente da DG/AAC.

Zita Henriques ocupou posições ligadas ao poder antes de Emídio Guerreiro. A presidente da DG/AAC em dois mandatos – 1995 e 1996 – seria mais tarde adjunta do ministro da educação Júlio Pedrosa e vereadora da Câmara Municipal de Penacova. Até ao fecho da edição, o Jornal Universitário de Coimbra – A CABRA tentou entrar em contacto com Zita Henriques, sem sucesso.

Também Vítor Hugo Salgado foi deputado na AR depois de passar pelo número um da Padre António Vieira. Presidente da DG/AAC entre 2002 e 2003, Vítor Hugo Salgado foi deputado socialista, adjunto do ministro do trabalho e da solidariedade social e também do ministro da economia entre 2005 e 2010. O ex-presidente considera “inegável” que ser presidente da DG/AAC “acaba sempre por ajudar a abrir as portas do meio político nacional”. Mas tal como a direção geral abre as portas do meio político, Vítor Hugo acredita que “uma atividade dentro da AAC acaba por abrir as portas na sua área de intervenção, como é o caso d’ A Cabra ou da RUC”. O agora vereador da Câmara Municipal de Vizela confessa que aprendeu muito mais ao longo do período em que esteve na AAC do que no período em que estudou na universidade. Apesar de ter sido deputado socialista, Vítor Hugo Salgado assegura que nunca teve qualquer tipo “de envolvimento em qualquer estrutura partidária antes de sair da AAC”.

O último presidente da DG a envolver-se em cargos políticos é André Oliveira, que liderou a academia de 2008 até janeiro de 2009. Militante da Juventude Socialista (JS) desde os 14 anos, André Oliveira garante que suspendeu todas as suas funções na JS quando integrou a DG. O antigo dirigente é assessor da comissão de economia na AR desde fevereiro de 2010. No entanto, André Oliveira entende que a experiência que teve na AAC, “enquanto escola de vida e cidadania”, constitui “uma base extremamente importante para o futuro profissional” mas em nada tem que ver com a obtenção do atual cargo. “Apesar de ser um emprego na AR, relacionado com a política”, está mais virado para aquilo que foi a sua “formação académica na área da economia” e aquilo que tem vindo a ser a “militância numa juventude e num partido político”, considera. Já relativamente ao cargo de deputado no município de Coimbra, o mais recente ex-presidente a enveredar por um caminho ligado à política concorda que a visibilidade que a AAC lhe deu “foi relevante”.

Elísio Estanque acredita que a aura que Coimbra herdou da década de 60 se está a perder. O investigador lamenta que “esses valores democraticamente genuínos” não estejam a “prevalecer nas dinâmicas do associativismo estudantil”. Para o futuro, Estanque considera que o “primeiro passo é reconhecer que o fenómeno existe” e o segundo “discutir abertamente em torno dele”, para que “futuras lideranças olhem com olhos de ver aquilo que se passa à nossa volta”.

